

A impossibilidade negocial

Publicação: [O Mundo em Português Nº 55](#)

Data de Publicação: Abril/Maio 2004

Autor: George Joffé

Os jornalistas que viajaram com o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon, relataram que, no regresso a Telavive, a sua equipa brindou com champanhe o sucesso obtido na sua última visita a Washington, no início de Abril. E fizeram-no com razão, pois o Presidente Bush presenteou-os com um sucesso com que nem sequer sonhavam. Muito mais do que apoiar o plano Sharon para a retirada unilateral de forças e colonatos israelitas da Faixa de Gaza, Bush acabou também por atropelar dois princípios fundamentais, presentes há mais de 25 anos, da política americana para a disputa israelo-árabe.

O direito de regresso

O primeiro foi o princípio de que os refugiados palestinos deveriam ser autorizados a regressar a casa ou indemnizados, como decretado na Resolução 194 (1948) da Assembleia Geral das Nações Unidas, cujo Artigo 11 estipula que: «Os refugiados que desejem regressar a suas casas e viver em paz com os seus vizinhos devem ser autorizados a fazê-lo o mais brevemente possível, e que indemnizações deverão ser concedidas pela propriedade daqueles que decidirem não regressar ou por perdas e danos, de acordo com os princípios do direito internacional ou em equidade, pelos governos ou autoridades responsáveis».

O Presidente Bush declarou agora que os EUA já não acreditam que os refugiados palestinos devam regressar a Israel – uma já antiga exigência israelita. No máximo, poderão regressar a um futuro Estado palestino. Ainda não se pronunciou sobre a questão das indemnizações mas, se não podem regressar, por que deveriam ser indemnizados? Israel nunca assumiu a responsabilidade e certamente que em breve o presidente Americano irá também apoiar essa posição. A tragédia é que há muito que é posição comum considerar irrealista o regresso a Israel, e os negociadores palestinos nunca esperaram seriamente que esta questão fizesse parte do acordo final. Na verdade, no final dos anos 90, todos os esquemas imaginários foram pensados por

académicos, e outros, para garantir que os refugiados, particularmente os que estão no Líbano – onde os sentimentos locais são ferozmente hostis – poderiam eventualmente ser devidamente instalados noutros locais. Mas o importante era mesmo o princípio do «direito de regresso»; por outras palavras, o reconhecimento que o desejo de regressar era uma exigência legítima, mesmo que, na prática, não fosse realista. Afinal, todos os judeus – e mesmo pessoas com os mais reduzidos direitos a serem consideradas como judias – têm o direito automático de regressar a Israel!

Colonatos

Agora, em poucas e casuais palavras, o Presidente Bush anulou esse princípio, para raiva dos palestinos e desgosto do mundo árabe. E, como se isso não fosse suficiente, também anulou outro princípio fundamental do direito e da política internacionais, no que se refere à resolução da questão palestina: os colonatos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, ilegais à luz do direito internacional. É um princípio geral do direito que o território ocupado durante a guerra deve ser devolvido aos que estão legitimamente autorizados a exercer a soberania e que não pode haver aquisição de território pela força. Esta tem sido a regra desde a codificação do Pacto Kellogg-Briand, em 1928, apesar do princípio ter sido estabelecido muitos séculos antes. Reflectia-se na Resolução 242 (1967) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cujo Artigo 1: «Afirma que o cumprimento dos princípios da Carta requer a existência de uma paz justa e duradoura no Médio Oriente, que deve incluir a aplicação dos seguintes princípios: (i) Retirada das forças armadas de Israel de territórios ocupados no recente conflito; (ii) Fim de todas as reivindicações ou estados de beligerância e respeito e reconhecimento da soberania, da integridade territorial e da independência política de todos os Estados da região e o seu direito a viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, sem ameaças ou actos de força.»

Todos os Estados, incluindo Israel, subscreveram este princípio, e assim fizeram os palestinos, sobretudo depois de Yasser Arafat o ter subscrito em 1987, novamente no Acordo de Oslo de 1993 e ainda no acordo interino de 1994. Na verdade, o próprio processo de Oslo baseava-se no princípio da troca de terra por paz. O problema reside no facto de a sub-cláusula (i) ter «de territórios» em vez de «dos territórios» [no original, «from territories», omitindo «the» entre «from» e «territories»]. Tal como o debate sobre o iota desaparecido no princípio do cristianismo, esta omissão, proposta pela Grã-Bretanha para superar um impasse no Conselho de Segurança há mais de trinta anos, teve consequências espantosas e imprevisíveis. Israel argumenta que não é obrigado a

retirar de todos os territórios ocupados em 1967, mas somente de uma parte deles, pois é assim que interpreta o «the» omitido. Argumenta ainda, por outro lado, que porque estes territórios não estão «ocupados» mas «em disputa», não faz nada de mal em desenvolvê-los, no seu próprio interesse, até que a questão seja resolvida – de acordo com as regras da guerra, uma potência ocupante apenas pode «manter» territórios que ocupa, e não explorá-los para em benefício.

Isto teve uma imediata e maligna consequência. Os colonatos são universalmente considerados ilegais (excepto em Israel) e vistos pelos Estados Unidos, desde o tempo do Presidente Reagan, como «um obstáculo à paz». Sempre tiveram um profundo significado político, como criação de factos no terreno que poderiam depois servir como base de negociação. Por outras palavras, a sua incontestável existência pressupõe que os parceiros negociais de Israel teriam que os tratar como facto e não como uma ilegalidade. Assim, se a questão do seu futuro seria um ponto das negociações do estatuto final entre Israel e a Autoridade Palestina, de acordo com os há muito esquecidos Acordos de Oslo, todos sabiam que não seriam facilmente removidos.

Os governos israelitas sempre exploraram este facto, mesmo argumentando que não tinham iniciado o processo deliberadamente. Imediatamente após a guerra dos 6 dias, o governo israelita foi confrontado com um *fait accompli* quando o Rabino Moshe Levinger recriou a presença judaica em Hebron para celebrar a comunidade que aí foi massacrada em 1929. Também reconstruiu três colonatos judaicos que tinham sido destruídos pela Jordânia em 1948. Em 1974, o Gush Emunim, um movimento baseado nas ideias do Rabino Avraham Kook de recuperação dos territórios «perdidos» da Judeia e da Samaria (ou seja, a Cisjordânia), criou os seus próprios colonatos, não oficiais, ao lado de Nablus e Shomran e, em 1977, propôs um novo plano de colonatos, a cumprir em 25 anos, para criar duas cidades, cada uma com 60.000 habitantes, quatro vilas como 20.000 habitantes, 1 125 colonatos, cada um com 1.000 habitantes.

Os governos israelitas, trabalhistas ou do Likud, aceitaram tacitamente este plano e com o passar dos anos foram financiando a sua aplicação, em violação do Artigo 49 da Quarta Convenção de Genebra, que proíbe a transferência de cidadãos para territórios ocupados. Existem actualmente 207 colonatos, sendo 21 em Gaza e os restantes na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, ocupados por cerca de 410.000 pessoas, 212.000 em Jerusalém e 7.500 em Gaza. Ariel Sharon propõe o abandono dos colonatos de Gaza porque, tal como o seu predecessor, Yitzhak Rabin, crê que Gaza é um caldeirão de ódio e ressentimento – para o qual ele tanto contribuiu, com as suas políticas de assassinatos selectivos e de destruição de casas, que levaram à morte de 2.828

palestino e 872 israelitas desde Setembro de 2000. Ariel Sharon também abandonará quatro pequenos colonatos na Cisjordânia. Os cinco maiores colonatos em redor de Jerusalém, no entanto, deverão ser permanentemente anexados a Israel, em completa violação de todos os princípios do direito internacional e das decisões da Nações Unidas.

Como prosseguir?

Agora o Presidente Bush deu o seu consentimento a esta solução, deitando fora casualmente mais de trinta anos de negociações e de esperança, transformando a ilegalidade em legalidade – pelo que não surpreende o contentamento de Sharon! Pode definir unilateralmente o destino dos palestinos, sem que ninguém o detenha – o que certamente fará! Já começou uma nova campanha contra o Hamas, com o assassinato do seu líder, Abdelaziz al-Rantissi, e Israel ameaça destruir os seus colonatos quando estes forem evacuados – isto se tal vier mesmo a acontecer. Ariel Sharon pode agora decidir que o caldeirão de Gaza está demasiado efervescente para ser ignorado e que as forças de defesa de Israel aí deverão permanecer, na ausência do efectivo controlo palestino, que ele tudo fez para destruir. Uma decisão que ele certamente tomará após a rejeição do seu plano no referendo do Likud – um resultado esperado pois os apoiantes políticos de Sharon, por princípio, não cedem território.

Tudo isto, como é óbvio, significa que Sharon poderá argumentar que a anexação por Israel de importantes parcelas da Cisjordânia é agora legal, dada a aquiescência americana, pelo que quaisquer futuras negociações para um Estado palestino devem basear-se nesse pressuposto, bem como na existência do muro defensivo que Israel constrói freneticamente em redor da Cisjordânia para anexar ainda mais território – isto, se chegar mesmo a existir alguma negociação, pois Ariel Sharon, com o apoio de George Bush, continua a afirmar que não existe ninguém com quem negociar, mesmo sendo Arafat o presidente eleito dos palestinos. Mas Sharon e Bush, bem apoiados por Tony Blair, insistem que seguir o Road Map ainda é a melhor via e que a anexação é um novo estímulo à negociação. A hipocrisia suprema, porém, é a cobardia da União Europeia, cujos ministros dos Negócios Estrangeiros, na sua última reunião, subscreveram precisamente o mesmo argumento, mesmo que alguns governos europeus tenham anteriormente condenado a acção de George Bush. Agora, não podem existir quaisquer negociações relevantes – como poderá algum líder palestino fazer crer ao seu furioso e brutalizado povo, e mesmo ao mundo árabe, que um acordo é algo mais do que o exemplo supremo da dualidade de critérios do Ocidente?